

LIBERTAS

REVISTA DE PESQUISA EM DIREITO

ISSN: 2319-0159


Editorial

VOZES QUE ECOAM: A PERSISTÊNCIA DA INJUSTIÇA EPISTÊMICA NA PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO NO BRASIL

Natália de Souza Lisboa¹

Universidade Federal de Ouro Preto - Ouro Preto/MG

natalialisboa@ufop.edu.br

 <https://orcid.org/0000-0002-1684-8183>

VOZES-MULHERES
(Conceição Evaristo)

A voz de minha bisavó
ecoou criança
nos porões do navio
ecoou lamentos
de uma infância perdida.

A voz de minha avó
ecoou obediência
aos brancos-donos de tudo.

A voz de minha mãe
ecoou baixinho revolta
no fundo das cozinhas alheias
debaixo das trouxas
roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado
rumo à favela.

A minha voz ainda
ecoou versos perplexos
com rimas de sangue
e fome.

¹ Doutora em Direito Internacional pela PUC Minas. Mestre em Direitos e Garantias Fundamentais pela FDV/ES. Professora Adjunta IV do Departamento de Direito da Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP e Coordenadora do Mestrado acadêmico "Novos Direitos, Novos Sujeitos". Coordenadora do Grupo de Pesquisa "RESSABER – Estudos em Saberes Decoloniais".



A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.

A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.
O ontem – o hoje – o agora.
Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
o eco da vida-liberdade.

A complexidade em equilibrar o rigor analítico exigido pela academia com o posicionamento crítico necessário para a confecção de um editorial ressalta um desconfortável paradoxo. Nos corredores dos cursos de pós-graduação em Direito seguimos celebrando a Constituição Cidadã de 1988 e ensinando seus princípios basilares, mas basta uma observação mais atenta às referências bibliográficas e autoria dos artigos nos periódicos para constatar especialmente a desigualdade de gênero nas produções.

A metáfora do 'efeito tesoura' ilustra a divergência progressiva entre as trajetórias profissionais de homens e mulheres, evidenciada graficamente pela bifurcação das linhas de representatividade. Observa-se um sistemático decréscimo da presença feminina nos estratos superiores da hierarquia acadêmica, em contraste com a ascensão masculina. Tal fenômeno é frequentemente atribuído a barreiras estruturais, notadamente os impactos da maternidade na produtividade, a assimetria na divisão do trabalho doméstico e a incidência de vieses implícitos de gênero nos processos avaliativos (Gorziza, Buono, 2023).

Como ilustração, o Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal de Ouro Preto (PPGD/UFOP), que tem como área de concentração 'Novos Direitos, Novos Sujeitos', possui atualmente quinze docentes credenciados, sendo oito mulheres e sete homens. Essa presença quantitativa cria uma miragem de equidade, uma vez que somos progressivamente podadas dos espaços de poder e de definição dos rumos da pesquisa jurídica. Para registro, desde o início do curso em 2017, sou a primeira coordenadora eleita pelo Colegiado do PPGD/UFOP, exercendo a coordenação do curso desde setembro de 2024. Ainda em complementação do exemplo quantitativo, dos 221 discentes do PPGD/UFOP registrados desde a primeira turma, 149 são do gênero feminino e 72 do masculino.

A representatividade também pode ser analisada pela perspectiva da 'injustiça epistêmica', partindo da construção teórica de Miranda Fricker (2007), que vai além do tratamento da questão numérica, ocorrendo quando uma pessoa é prejudicada em sua capacidade de participar como um agente do conhecimento.

Ao discutir a injustiça epistêmica estrutural, Michael Doan (2018) vai além dos casos individuais e examina como as estruturas sociais e institucionais perpetuam essas formas de opressão. A injustiça epistêmica estrutural não se limita a interações pontuais, mas está enraizada em práticas e normas culturais mais amplas que sistematicamente desconsideram, marginalizam ou distorcem as vozes de certos

grupos. A resistência à injustiça epistêmica requer uma transformação das instituições que regulam o conhecimento. Isso pode incluir a educação, a mídia e as políticas públicas, que devem ser reformuladas para promover uma inclusão epistêmica mais justa.

De forma crítica e pensando na nossa aplicação local da teoria, sem tender a tratar a injustiça epistêmica como um problema de indivíduos ou pequenos grupos, devemos abordar suficientemente as estruturas de poder que perpetuam a exclusão. A teorização sobre injustiça epistêmica pode ser útil, mas precisa ser adaptada e ampliada para lidar com as dinâmicas coloniais. Para reconhecer a violência epistêmica da colonialidade como estrutural e histórica precisamos ir além da busca por inclusão e trabalhar pela transformação radical das práticas de produção e validação do conhecimento, construindo um espaço para epistemologias pluriversais, em que múltiplos modos de conhecer sejam respeitados e considerados igualmente válidos (Mitova, 2024).

A trajetória das vozes expostas pela poeta Conceição Evaristo - ainda hoje ignorada como imortal pela Academia Brasileira de Letras (Campos; Bianchi, 2018) - descreve como foram abafadas para que outras pudessem, hoje, tentar falar, recheadas de sentido político, social e acadêmico pela interseccionalidade.

Para que esse 'eco da vida-liberdade' de gerações anteriores não se perca no ambiente ainda hermético das salas de aula das pós-graduações em Direito é preciso enfrentar as estruturas de poder que seguem mantidas, mas que tem enfrentando sim diversas infiltrações.

A Revista *Libertas* dedica-se a refletir sobre essas dinâmicas. Entendemos que combater a desigualdade de gênero na academia jurídica não é uma concessão, mas um imperativo de reconhecimento para a qualidade da ciência que produzimos, construída a partir de perspectivas plurais e contra-hegemônicas.

Que a leitura desta edição seja desafiadora e construtiva!

Ouro Preto, MG, inverno de 2025.

REFERÊNCIAS

CAMPOS, Mateus; BIANCHI, Paula. Conceição Evaristo: Ela seria a primeira escritora negra da Academia Brasileira de Letras. Mesmo com a maior campanha popular da história, perdeu. **The Intercept Brasil**, 30 ago. 2018. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2018/08/30/conceicao-evaristo-escritora-negra-eleicao-abl/>. Acesso em: 16 dez. 2025.

DOAN, Michael. Resisting Structural Epistemic Injustice. **Feminist Philosophy Quarterly**, v. 4, n. 4, 2018. DOI: 10.5206/fpq/2018.4.6230. Disponível em: <https://ojs.lib.uwo.ca/index.php/fpq/article/view/6230>. Acesso em: 16 dez. 2025.

EVARISTO, Conceição. **Poemas da recordação e outros movimentos**. Rio de Janeiro: Malê, 2017.

FRICKER, Miranda. ***Epistemic Injustice***: Power and the Ethics of Knowing. Oxford: Oxford University Press, 2007.

GORZIZA, Amanda; BUONO, Renata. O efeito-tesoura para mulheres na ciência. **Piauí**, 19 jun. 2023. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/o-efeito-tesoura-para-mulheres-na-ciencia/>. Acesso em: 16 dez. 2025.

MITOVA, Veli. Can theorising epistemic injustice help us decolonise? ***Inquiry***: An Interdisciplinary Journal of Philosophy, p. 1-18, 2024. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/0020174X.2024.2327489>. Acesso em: 16 dez. 2025.